

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas
do Sector Rodoviário e Ferroviário**

4.^a Reunião
(23 de maio de 2012)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Renato Sampaio) declarou aberta a reunião às 18 horas.

Foram apreciadas as propostas de questionário apresentadas pelos membros da Comissão, tendo usado da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Bruno Dias (PCP), Mendes Bota (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) e Pedro Filipe Soares (BE).

Procedeu-se à nomeação do relator, após terem usado da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Mendes Bota (PSD), Isabel Oneto (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Emídio Guerreiro (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), Bruno Dias (PCP) e Rui Paulo Figueiredo (PS).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 41 minutos.

Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas.

Srs. Deputados, esperamos que a reunião seja breve.

Gostaria de vos transmitir três informações.

Em primeiro lugar, em relação ao pedido feito à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, foi hoje nomeado um relator nessa comissão e, portanto, como foi pedida urgência na elaboração desse parecer, julgo que o irão elaborar o mais rapidamente possível.

Em segundo lugar, quanto ao pedido feito ao Governo para sabermos das renegociações das parcerias público-privadas que estão em curso por parte do Governo, a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares informou que neste momento está com alguns problemas por causa da troica, mas que amanhã nos dirão concretamente quando teremos essa informação na Comissão.

Em terceiro lugar, para além da audição que está marcada para a próxima sexta-feira, às 15 horas, há mais três audições marcadas. Os serviços irão hoje ainda informar os Srs. Deputados das datas e das pessoas que irão ser ouvidas.

São, portanto, estas informações que gostaria de vos transmitir.

Vamos entrar na nossa ordem de trabalhos, cujo primeiro ponto diz respeito à aprovação do questionário indicativo.

Deram entrada várias propostas de questionário, sendo que os serviços elaboraram uma síntese global.

Há uma pequena divergência entre o PS e o PSD. Em relação aos TIR, têm duas interpretações diferentes, um diz que é taxa de rentabilidade acionista e outro diz que é taxa interna de rentabilidade.

Para o questionário, temos de encontrar aqui uma terminologia única.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Posso fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Sim, Sr. Deputado. Tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, sugiro que se aplique, do ponto de vista técnico, as metodologias do Tribunal de Contas, por exemplo, ou de outra entidade que os Srs. Deputados entendam adequada.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Sim, encontraremos, com certeza, uma terminologia que sirva nesta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, quero pronunciar-me sobre este primeiro ponto da ordem de trabalhos, no sentido de evitar que entremos numa discussão de muito pormenor, pelos seguintes fatores: foi muito positivo que quatro grupos parlamentares tenham entregue as suas propostas de quesitos para este questionário indicativo, no entanto, gostaria de salientar que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista não o fez, por razões respeitáveis, mas isso enquadrava-se numa outra matéria.

Chegámos a um documento com 58 quesitos diferentes. Numa leitura não demasiado aprofundada, na nossa opinião há aqui algumas perguntas

que estão ou duplicadas ou poderão ser de certa maneira encaixadas num mesmo texto.

Por isso, queria propor que o esforço de conciliação e, de certa maneira, de síntese deste documento — e até contando já com a proposta que vier do Partido Comunista —, fosse dirimido numa reunião da Mesa com os coordenadores. Portanto, que saísse daí um consenso sobre o texto final para depois ser validado e ratificado, obviamente, a nível do plenário da Comissão de Inquérito.

Faço, portanto, esta proposta concreta, em vez de estarmos a ir ao detalhe e saber o que significa determinada coisa ou se esta pergunta é mais importante e aquela é menos importante. Isso levar-nos-ia 3 horas e não iríamos chegar a uma conclusão.

Penso que é mais positivo, até do ponto de vista democrático, completar o arco dos contributos e dar oportunidade ao Partido Comunista de também contribuir para este documento.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Sobre esta proposta concreta feita pelo Sr. Deputado Mendes Bota, inscreveram-se os Srs. Deputados Bruno Dias, Rui Paulo Figueiredo e Hélder Amaral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, da nossa parte, existe o propósito de ainda esta semana entregarmos o nosso próprio contributo, a nossa proposta em termos de questões a integrar nos quesitos da Comissão de Inquérito.

Como é do conhecimento de todos, existiu, de facto, este momento de recomposição e de alterações no quadro do nosso grupo parlamentar que está na origem também desta entrega que não ocorreu, mas que ainda iremos fazer.

A proposta apresentada pelo Sr. Deputado Mendes Bota parece-nos razoável no sentido de existir alguma apreciação na especialidade, digamos assim, de articulação de perguntas, de verificação e de observação de eventuais sobreposições ou duplicações de perguntas. Podemos considerar esta matéria.

Obviando a esse trabalho, estamos perfeitamente disponíveis para que a reunião da Mesa e coordenadores possa criar as condições para uma proposta a apresentar, dentro deste espírito de conjugar os contributos dos vários partidos. Temos, naturalmente, abertura para participar de forma construtiva desse trabalho, a partir também de um contributo inicial que faremos chegar à Mesa e à Comissão muito em breve.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, caras e caros colegas, também nos parece pertinente, dada a transição que existiu dos representantes do Partido Comunista, que o nosso trabalho seja enriquecido com o seu contributo. Damos, portanto, total assentimento à prorrogação do prazo de modo a que o nosso trabalho seja enriquecido com esses contributos.

Também nos parece interessante a proposta ao nível de reunião da Mesa e dos coordenadores para podermos debater um pouco sobre esta matéria.

Quero, no entanto, deixar a nossa posição da leitura que fizemos em relação às variadíssimas propostas, procurando não excluir nada.

Consideramos — e penso que os outros partidos poderão, eventualmente, considerar o mesmo em relação às propostas que apresentámos — que temos aqui um conjunto de perguntas, sendo umas

mais neutras e outras mais objetivas e direcionadas para respostas a factos ou quesitos em concreto. De facto, temos uma ou outra interpretação diferente de alguns conceitos e apresentámos propostas que têm um carácter de maior subjetividade ou até algum pressuposto político na sua formulação, o que nos parece perfeitamente normal.

Tínhamos interpretado que, se calhar, iríamos tentar ter quesitos mais objetivos e menos no sentido em que tínhamos consensualizado entre todos de um questionário meramente indicativo para formulações iniciais que até só se aplicaria à segunda fase de audições, sendo esta primeira totalmente livre na tal aproximação global. Se calhar, poderíamos evoluir nesse sentido, ou seja, tentarmos harmonizar nesse carácter de objetividade e de maior síntese.

Quero também deixar toda a nossa abertura e espírito construtivo para apurar tudo, como temos dito, e para não excluir nada, para que nada fique por avaliar ou por perguntar. Por isso, também não nos oporemos, se for esse o entendimento a que chegaremos na reunião de coordenadores com a Mesa, a que todas as perguntas sejam consideradas tal qual estão formuladas. Nesse caso, a única coisa que gostávamos que ficasse expressa é quem pergunta o quê.

Nesse sentido, aderiríamos a um documento comum que fizesse essa fusão, mas que deixasse explícito para memória futura quem é que pergunta o quê, porque, de facto, temos abordagens diferentes em relação aos quesitos que foram colocados.

Em síntese e para terminar, Sr. Presidente, queremos demonstrar a nossa abertura para consensualizar o que for de consensualizar e para podermos, eventualmente, evoluir nestes dois caminhos que nos parecem ser perfeitamente adequados aos objetivos que presidem a esta Comissão.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero começar por cumprimentar os colegas.

Apesar de, desde o início, não termos feito muita questão na existência de quesitos, concordamos com o que foi dito e aceitamos como boa a prática de consensualizarmos um conjunto de perguntas, que o CDS espera que seja o mais reduzido possível. Estes quesitos obtidos em consenso seriam da Comissão e aplicáveis para todas as entidades a ouvir. É preciso deixar espaço de liberdade para que todos possam perguntar o que entenderem e, se a temperatura média da sala vai ser a que temos hoje, também preciso de espaço para ir aquecendo o ambiente, caso contrário vai ser difícil.

Portanto, queremos ter liberdade para perguntar e a nossa intenção é reduzir ao máximo as perguntas. Fizemos muito poucas sugestões, mas sei que outros grupos parlamentares fizeram variadíssimas. Algumas são coincidentes, outras são redundantes e, portanto, é muito simples reduzir, obviamente deixando espaço para que cada grupo parlamentar, aproveitando perguntas já feitas ou não, possa ter liberdade de inquirição dentro dos pressupostos e da grelha de tempos que já acordámos.

Consideramos positivo que numa reunião da Mesa e dos coordenadores possamos reduzir, em consenso, a um número nunca superior a 15, mas veremos se chegamos a esse desiderato. Obviamente que cada grupo parlamentar pode ficar, se quiser, com perguntas para colocar depois. Isto vai ter de ter uma dinâmica própria e, portanto, não faz sentido estar a limitar as respostas ou as perguntas.

Estes quesitos foram sempre considerados como meramente indicativos e, como tal, não faz sentido que sejam demasiado exaustivos.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, sobre esta matéria, temos toda a abertura para fundir e reduzir o número de perguntas. Penso que podemos ter aqui um trabalho curto, mas também profícuo.

Considero que, efetivamente, o número de perguntas a que chegámos é exagerado e, por isso, temos todo o desejo em trabalhar para o reduzir, não reduzindo o âmbito de questões. Penso que todos os grupos parlamentares estão envolvidos nessa matéria.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, na sequência das intervenções que me precederam, quero dizer que, para nós, é muito claro que o questionário é indicativo, o que significa que não é obrigatório e também que não é exclusivo, ou seja, que não se resume àquelas perguntas todo o universo de perguntas que nos debates possam ser suscitadas pelos Deputados, pelos grupos parlamentares.

Consideramos que o número de perguntas não deve ser nem exageradamente longo nem exageradamente curto. Para ser demasiado curto, ficávamos pela Resolução que também tem, ela própria, um questionário indicativo, pois define claramente os objetivos. No entanto, há questões que esta Comissão não pode deixar de esclarecer.

Estamos totalmente favoráveis a tentar eliminar as redundâncias, as duplicações, a tentar aproximar matérias que são claramente conexas ou

que estão imbuídas do mesmo espírito, mas também é preciso não reduzir em excesso. Ou seja, não ser um excesso nem para cima nem para baixo.

Ninguém está obrigado a formular estas perguntas todas.

Referiu-se aqui que deveria ficar «quem pergunta o quê», mas cada Deputado e cada grupo parlamentar faz as perguntas que muito bem entender, estejam ou não no questionário indicativo. Este questionário deve realçar as questões que queremos, assim como a opinião pública, ver esclarecidas. Portanto, não vejo que devamos escondê-las debaixo da mesa.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quero deixar um contributo que me parece importante nesta reflexão.

Se bem compreendi a referência do Deputado Rui Paulo Figueiredo a «quem pergunta o quê», na altura tinha a ver com a origem da proposta em termos de quesito e não propriamente com uma distribuição de tarefas para as audições, porque isso não faria sentido algum. E há perguntas muito oportunas que determinado grupo parlamentar pode aduzir a este trabalho dos quesitos em construção e que não vincula — lá está! — a proibição de outros partidos fazerem perguntas no mesmo sentido ou de o mesmo grupo não fazer.

No entanto, fazendo a ligação para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, queria sublinhar a importância da elaboração de quesitos, porque, mesmo que seja a título indicativo, mesmo que não seja um guião vinculativo, que não será, levanta uma referência de trabalho para o relator e para o relatório.

Há uma coisa que foi aprovada em Plenário, que é incontornável e da qual ninguém quererá certamente fugir, que é a Resolução aqui citada. Ela

contém um conjunto de aspetos que foram consagrados pelo Parlamento. Depois, há um conjunto de quesitos, esses sim, de malha mais fina, com questões concretas, que muito provavelmente não serão todas, do princípio ao fim, colocadas em cada audição, porque pode não fazer sentido, mas pode haver algumas audições em que todas elas façam sentido, não sei se em todas isso acontecerá.

No entanto, para o relatório será importante termos uma referência, uma matriz de trabalho, que não tem, como foi dito, um carácter obrigatório.

Para terminar, concordando com a referência feita de que um menor número de perguntas não deverá significar questões e âmbitos de averiguação e de aprofundamento que fiquem colocados de parte, temos confiança de que será possível realizar esse trabalho em conjunto na reunião aqui citada.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, de um modo muito sintético, quero dar um exemplo em concreto do que referi na minha intervenção.

Por exemplo, no documento que nos foi distribuído, a pergunta n.º 4, que foi formulada pelo PSD, refere vários conceitos, como «défice» e «dívida pública» e alguns pressupostos subjetivos. Nesta pergunta em concreto não concordamos com os conceitos, não concordamos com o pressuposto e consideramos que as audições até vão demonstrar que o pressuposto aqui colocado é incorreto.

Portanto, este é um bom exemplo, se consensualizarmos que tudo o que é colocado no questionário é naturalmente para ser perguntado por todos.

Temos tido, desde o início, quer nas reuniões de coordenação e de Mesa quer nas reuniões públicas, a mesma posição do CDS, que é a de um patamar muito mínimo de avaliação e de quesitos para dar total liberdade aos grupos parlamentares. Aliás, na primeira versão só tínhamos quatro perguntas e na segunda também não nos alongámos.

Nesse sentido, todos devem ter essa liberdade de inquirição e, por isso, não nos opomos a que fique tal como está, mas com a identificação explícita, por exemplo, de que esta pergunta n.º 4 foi proposta pelo PSD.

Estamos perfeitamente disponíveis — foi o que referi na intervenção inicial — para definir um patamar mínimo de entendimento no sentido da redução e da fusão de conceitos para que os quesitos sejam assumidos no seu todo pela Comissão. No entanto, nesse caso, todos os quesitos têm de ser formulados sem subjetividade, sem conceitos que causem polémica e as perguntas têm de ser puras, simples e muito objetivas, tal como são as aprovadas em tribunal. Ou seja, por exemplo, se estivéssemos num tribunal, esta pergunta n.º 4, em termos de quesitos, não seria admitida pelo juiz, porque tem conceitos subjetivos e indeterminados e pressupostos que não são puramente objetivos em termos de pergunta.

Portanto, este é um bom exemplo daquilo que deveremos refletir na reunião de coordenadores e da Mesa, sendo que importa assinalar que o Partido Socialista está disponível para os dois trabalhos, ou seja, também para manter todas as perguntas que aqui estão com todas as formulações, mesmo as subjetivas ou aquelas que discordamos, desde que seja bem explícito quem está a perguntar o quê no documento que é assumido. Se isso for assumido pela Comissão, teremos um trabalho muito mais exaustivo.

Ressalvamos, contudo, o que temos vindo a ressaltar desde o início, isto é, que queremos a maior latitude e a maior liberdade para todos os

Deputados individualmente e para todos os grupos parlamentares nas inquirições que vamos fazer.

Portanto, para nós, este documento de quesitos, tenha a dimensão que tiver, será sempre meramente indicativo. A reflexão que suscitamos será tanto mais relevante consoante haja um entendimento em relação ao modo como vai funcionar esta Comissão em termos de elaboração do relatório. Uma coisa está também conexas com a outra, naturalmente.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, penso que já está consensualizada a ideia de que irá haver uma reunião da Mesa com os coordenadores para tratar desta matéria. Penso que não vale a pena estarmos a antecipar agora, aqui, essa reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, a propósito do que referiu, quero apenas dizer que a nossa abertura para este diálogo é enorme. Nada obstatos às duas soluções propostas pelo PS. Consideramos que são ambas pertinentes.

Quero realçar dois pontos que simplificam todo o nosso trabalho.

O primeiro é que este questionário é indicativo. Ninguém é obrigado a responder segundo este questionário, porque a diversidade de perguntas tem também públicos-alvo diversos. Obviamente que um técnico saberá responder a algumas coisas e um político saberá responder a outras. Por isso, é sempre indicativo.

Por outro lado, o questionário nunca se pode sobrepor à ação dos grupos parlamentares. Penso que este ponto também é relevante. Nenhum grupo parlamentar está vinculado, nas suas inquirições, a fazer estas perguntas. O objetivo — foi sempre assim que o interpretámos — é que quem venha à Comissão possa ter conhecimento de antemão de um rol de

perguntas que estão em cima da mesa e que são as que desde o início queremos ver respondidas, mas que, no decurso dos trabalhos, poderão ser muito diferentes.

Penso que há abertura de todos para que, eventualmente, no decurso dos trabalhos, se possa chegar à necessidade de serem respondidas algumas perguntas que não estão neste rol inicial.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, há consenso no sentido de que o questionário é meramente indicativo quer para as inquirições quer para o próprio relator e que não é obrigatório, mas também não é limitativo. Portanto, temos uma latitude muito grande em relação a esta matéria.

O questionário vai ficar apenso ao relatório. É preciso, por isso, termos também um cuidado absoluto, caso contrário pode surgir a ideia de que o relatório contém perguntas que não devia ou que ficaram perguntas por responder. Julgo que temos de ter a abertura suficiente para que seja tudo questionado e também que devemos sintetizar, mas não tanto que leve a que surjam dúvidas sobre esta matéria.

Posto isto, estamos em condições de dizer que há um consenso para que esta discussão se faça em reunião de coordenadores com a Mesa. Ainda não falei, obviamente, com o Presidente da Comissão, mas como temos de aprovar o questionário com alguma rapidez sugiro que se possa fazer esta reunião na quarta-feira de manhã, às 9 horas e 30 minutos, mantendo assim o calendário das outras reuniões.

Nesse caso, se os coordenadores e a Mesa estiverem de acordo — suponho que o Deputado António Filipe não se oporá —, faremos uma reunião na próxima quarta-feira, às 9 horas e 30 minutos, para tratar deste ponto.

Não havendo objeções, passamos ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, que é a nomeação do relator.

O Regulamento diz que até à quinta reunião temos de ter um relator. Esta é a quarta reunião, a próxima, a quinta, é uma audição e, portanto, até lá, temos de ter o relator.

Ponho esta matéria à discussão, assim como as propostas que entendam necessárias para chegarmos a um consenso sobre o relator.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. **Mendes Bota** (PSD): — Sr. Presidente, penso que não será necessário chegarmos à quinta reunião.

O Grupo Parlamentar do PSD tem o prazer de indicar, como candidato para a nomeação de relator, o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

É esta a nossa proposta, que deixamos à consideração da Comissão.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Sr. Presidente, a questão que quero colocar aos restantes grupos parlamentares é a seguinte: como aqui já foi referido em reuniões anteriores, vamos ter o equivalente a 26 «BPN», ou seja, vamos ter uma tarefa gigantesca pela frente.

Obviamente não pondo em causa as qualidades do Sr. Deputado Sérgio Azevedo, que terá com certeza condições para elaborar o relatório, creio que deveríamos refletir, antes de nomear o relator, não só sobre se não deveria haver um grupo de trabalho para apoiar e acompanhar a elaboração do relatório, não tirando evidentemente a responsabilidade ao Deputado relator, como se não deveria haver, como está no Regulamento da nossa Comissão, relatórios parciais precisamente para ajudar a fazer o

relatório final. Isto não tira a responsabilidade de quem for indicado para fazer o relatório, mas creio que a nossa tarefa nos deve fazer refletir sobre o modo de chegar ao relatório final.

De acordo com o Regulamento, há a possibilidade de haver relatórios parciais, o que tem de ser votado em Plenário. Não sei se houve alguma diligência nesse sentido.

Proponho que, se não houver relatórios parciais, se faça um grupo de trabalho de modo a que possa ir colhendo parceria público-privada a parceria público-privada as devidas conclusões para depois se chegar a um relatório final, sob pena de ficarmos com um trabalho bastante exaustivo e difícil de elaborar para quem fica com essa responsabilidade.

É esta a proposta que quero deixar para que os grupos parlamentares possam refletir.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): - Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o CDS não tem nada a opor ao nome do Sr. Deputado Sérgio Azevedo proposto pelo Partido Social Democrata.

A proposta da Deputada Isabel Oneto merece o seguinte comentário: não nos parece, para já, possível ou pelo menos necessário fazer um grupo de trabalho ou ter relatórios intercalares. Sabemos bem que serão 26 «BPN», não sei se em volume de trabalho ou em valor do prejuízo. No entanto, seja como for, de uma maneira ou de outra, entendemos que vamos ter de ir avaliando. Não nos parece correto ou pelo menos plausível desviar as atenções para discussões de relatório quando estamos no meio da análise em concreto de contratos e de parcerias uma a uma.

Não estou sequer a olhar para o facto de o CDS ter menos Deputados que outros grupos parlamentares, que podem dispensar Deputados para grupos de trabalho e, com isso, não sentir o seu trabalho afetado. Não tem nada a ver com isso, porque, se essa for a decisão da Comissão, participaremos.

Parece-nos, no entanto, prematuro e, para já, embora estejamos disponíveis para refletir, não nos parece nada curial, até porque há algumas parcerias público-privadas que não nos merecerão tanto tempo e queremos avaliá-las todas independentemente da situação em que cada uma se encontre. Algumas serão muito rápidas, serão meras conclusões simples e consensuais, estou convencido disso, e outras deverão demorar mais tempo. Não sabemos ainda quais, porque ainda nem sequer recebemos a documentação.

Portanto, valeria a pena avaliarmos mais tarde. Está, de facto, no Regulamento a possibilidade da existência de relatórios intercalares, de grupos de trabalho. Aliás, o nosso Regulamento prevê exatamente essa possibilidade, porque queremos deixar a porta aberta para, no futuro, poder utilizar este instrumento.

Para já, parece-nos que no início é bom ficarmos com um relator. Qualquer Deputado desta Comissão está preparadíssimo para o enorme trabalho que aí vem.

Portanto, veremos se, a meio do caminho, nos sentimos cansados ou baralhados com a quantidade de trabalho e o valor gasto e se é necessário ou não compartimentarmos.

Para já, pela nossa parte, não vemos necessidade de confirmar ou, eventualmente, optarmos por essa solução.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os colegas e fazer também um breve comentário à proposta do PS, que percebemos.

Na nossa ótica, parece-nos que esta Comissão se deve focar exatamente naquilo que é o seu objeto central, ou seja, o estudo e avaliação de cada uma das parcerias, e que o relator se foque no relatório.

Entendemos que o fundamental nesta fase não é discutirmos os relatórios parciais, não é criarmos grupos de trabalho, com as dificuldades que eles possam ter para funcionar, considerando até, como já recordou o Sr. Deputado Hélder Amaral, e bem, o facto de alguns partidos terem só um Deputado na Comissão. Assim, pensamos que o que é mesmo fundamental é que comecemos a fazer, como acontecerá a partir de sexta-feira, o trabalho que temos para fazer, confiando plenamente que é possível um relator fazer um relatório.

É esta a proposta do PSD, na qual tem plena confiança, até porque na distribuição de tarefas, com já disse, o relator estará focado na concretização do relatório. Será esse o papel e o perfil do relator que o PSD acaba de propor, fazendo este voto de confiança de que, com a ajuda de todos, será possível atingir este desiderato, sendo também certo que a todo o momento estaremos à disposição da própria Comissão para avaliar as circunstâncias que possam apontar para outro rumo.

Entendemos, nesta fase, que não há outro rumo, que este é o correto e, compreendendo a proposta do PS, achamos que, de facto, ela não faz sentido neste momento.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, queria abordar dois pontos, sendo o primeiro para dizer que não obstamos à nomeação do Sr. Deputado como relator e o segundo para dizer que penso que uma tarefa como esta, apesar de inglória numa Comissão tão alargada como esta, será mais profícua sendo feita por uma pessoa só do que por um grupo de trabalho.

Obviamente que todo este processo resultará num relatório que será debatido, sujeito a propostas de alteração e votado nesta Comissão. Daí não retirarmos a nossa responsabilidade nem a nossa vontade de o fazer. No entanto, nesta fase, parece-nos mais consequente, até do ponto de vista do trabalho, que seja realizado apenas por uma pessoa.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, o PCP, e por mais de uma vez esta ideia surgiu noutras comissões de inquérito, pronunciou-se e sempre defendeu a atribuição e a incumbência de responsabilidade a uma ou a um Deputado relator que, assumindo esse trabalho, o desenvolva e, depois, com o contributo de todos os Deputados, na fase de redação, assumindo cada um as suas responsabilidades, desenvolva as contribuições necessárias.

Por muito boa que fosse a intenção de quem propõe e, eventualmente, de quem participasse no grupo de trabalho, a não ser assim, corríamos o risco de termos uma espécie de relatório em fascículos em que, porventura, umas partes não seriam muito consentâneas com outras, dependendo de quem as escreveu e da perspectiva com que cada um desses relatores foi para o trabalho, para as discussões, audições, etc.

Portanto, até a própria coerência do conjunto do trabalho, no nosso entendimento, tem a ganhar com essa linha de responsabilização e incumbência de uma ou um Deputado enquanto relator. Evidentemente que, depois, cá estaremos todos para, no decorrer dos trabalhos, irmos registando e recolhendo elementos e informações das audições e, sendo caso disso, na altura própria, quando se tratar do relatório, já depois da fase de inquirições, das audições, teremos todos o nosso papel e ninguém se eximirá às suas responsabilidades, ativamente e de forma construtiva.

Nesta fase, sem entrarmos na questão da proposta em concreto — não sei se nesta reunião surgirá alguma outra proposta —, o que me parece importante perceber quanto à metodologia e à organização do trabalho é a responsabilização de um relator, e este é o elemento que gostaríamos de deixar agora.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Oneto.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Sr. Presidente, só para referir o seguinte: esta parecia-nos a melhor metodologia, sendo certo que não posso deixar de estranhar quando referem que não é oportuno ou que se está a desviar atenções no momento em se discute o relatório.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso é outra coisa!

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Sr. Deputado, não estou a falar com o Sr. Deputado, estou a dizer que referir que não é oportuno e que estou desviar a atenção no momento em que, precisamente, se está a discutir o relatório... Não sei quando é que os Srs. Deputados queriam discutir isto... Isto é para discutir agora, não se está a desviar coisíssima nenhuma, está-se,

no momento oportuno, a pôr a proposta em cima da mesa, e vir com a questão que não é oportuno e está a desviar-se as atenções... Se fosse uma discussão fora do contexto ainda compreendia a observação, mas esta não entendo de todo!

Quanto a nós, continuamos a dizer que esta seria a melhor metodologia mas a Comissão é soberana e, sobre esta matéria, decidirá em conformidade.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Sr. Deputados, estamos perante uma proposta de um relator e outra proposta, do PS? Ou é só uma sugestão?

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — É só uma sugestão no sentido de facilitar o trabalho...

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Então, isso significa que só temos uma proposta de um relator, que passaremos a votar, cumprindo o ponto da nossa ordem de trabalhos referente à nomeação do relator, o Sr. Deputado Sérgio Azevedo, proposto pelo PSD.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se não há objeção...

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Vamos lá a ver, numa situação deste tipo... O relator tem uma grande importância nesta Comissão e até pode ser aprovado por unanimidade, mas, do meu ponto de vista, tem de haver votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, solicitamos que seja feita a votação, até porque, sobre esta matéria, o PS vai abster-se, não pelo Sr. Deputado Sérgio Azevedo, por quem tenho até de fazer uma declaração de interesses, dada a relação de amizade e consideração pessoal, pois já nos conhecemos de outras lides autárquicas há vários anos.

Portanto, o PS não tem nada a opor relativamente ao Sr. Deputado Sérgio Azevedo mas, como ficou expresso, discordamos do método. Ou seja, já discordámos da imposição por parte da maioria da grelha de tempos e consideramos — por isso fizemos esta intervenção no sentido de ficar para reflexão futura — que o melhor método de trabalho, sem tirar nenhuma responsabilidade ao Deputado relator, seria a existência de relatórios parcelares ou de um grupo de trabalho.

Nesse sentido, percebemos bem a formulação da vontade expressa aqui pela maioria e, por isso, gostávamos que, sem prejuízo da consideração pessoal, ficasse registada esta nossa posição através da abstenção e da declaração que acabei de fazer.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — Srs. Deputados, o que o Regulamento diz...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — O Sr. Deputado Bruno Dias quer pronunciar-se sobre isto?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, queria só dizer que, tendo em conta que existe este pedido expresso do PS para que se faça a votação, obviamente que a votação se fará, mas até agora o nosso entendimento era o de que, não havendo objeções de fundo, a votação não

seria obrigatória e necessária. Porém, a partir do momento em que há este pedido, está resolvido e vamos votar.

O Sr. **Presidente** (Renato Sampaio): — O problema é exatamente esse, Sr. Deputado. O que refere o Regulamento é a nomeação de um relator, o que pressupõe que a Comissão é que o nomeia. Ora, só há uma forma: ou por um consenso generalizado ou, havendo alguma objeção, por votação.

Portanto, penso que não vale a pena estarmos a discutir e vamos votar. Percebemos bem que é a maioria que vai nomear o relator e, assim, também não temos aqui esse problema.

Vamos votar a nomeação para relator do Sr. Deputado Sérgio Azevedo, proposto pelo PSD.

Submetida à votação, foi aprovada com votos 9 votos a favor (7 do PSD e 2 do CDS-PP) e 8 abstenções (5 do PS, 2 do PCP e 1 do BE).

Srs. Deputados, a próxima reunião de coordenadores e da Mesa realizar-se-á na próxima quarta-feira, à 9 horas e 30 minutos, e na próxima sexta-feira realizar-se-á audição do Sr. Juiz Conselheiro Carlos Moreno, às 15 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 41 minutos.